

18.

[OT 9] Desafios e oportunidades da sociologia da educação

Dia 24, 9h30 | Sala C609

Olhares da sociologia sobre a infância, as crianças e a sua educação na produção académica nacional (1995-2005): balanço crítico e contributos da Sociologia da Infância

Manuela Ferreira & Cristina Rocha

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto

Resumo

Nesta comunicação apresentam-se alguns resultados obtidos no âmbito da investigação levada a cabo acerca das crianças, da infância e da sua educação, na produção académica desenvolvida entre 1995-2005 nas Universidades Portuguesas (POCTI/CED/61355/2004). Estes reportam-se à área científica da sociologia e áreas afins. Procurar-se-á restituir e problematizar, para o período em análise, a configuração das temáticas formuladas pela investigação, as metodologias utilizadas, tomando ainda em consideração o mapeamento das instituições universitárias onde esta produção se localiza e a sua articulação com os campos disciplinares da sociologia onde o saber produzido se ancora.

1. Introdução: Sociologia da Educação e Sociologia da Infância

A Sociologia da Infância (SI), constituída na dupla assunção da infância como categoria geracional construída social e historicamente e das crianças como actores sociais, ao reconceptualizar a educação como inerente ao “ofício das crianças” tem defendido a necessidade de as desescolarizar e de

complexificar a análise dos processos de socialização para as evidenciar noutros terrenos socioeducativos, nas interações com adultos e outras crianças e na produção de culturas de pares infantis.

Na contramão das Sociologias da Educação ou da Família, cuja tradição se pauta por conceber as crianças, ou no papel de aluno ou de filho, a releitura crítica da educação pela SI desenvolve-se a partir do campo da infância tomando a interpretação das suas condições actuais de vida e as crianças como “entradas” fulcrais na reflexividade contemporânea acerca da compreensão da realidade social (cf. Sarmiento, 2005; 2006). Tal propósito traduz-se numa perspectiva distinta de análise que privilegia, no plano teórico, a análise da situação social das crianças como actores sociais no campo educativo e, no plano metodológico, a audição das suas vozes na significação dos contextos concretos de acção. A compreensão sociológica que a SI assim pretende construir, radicada na visibilidade e reconhecimento epistemológicos das crianças e seus mundos de vida, inscreve-se no duplo movimento de *deslocamento do olhar analítico* e de *explosão do objecto* que reconfigura a Sociologia da Educação contemporânea, colocando-se ambas as Sociologias lado a lado e instigando-se pelo investimento em estudos da infância interdisciplinares.

Desconstruir a produção pericial da Sociologia acerca da infância, crianças e educação para nela apreender quais i) os parâmetros-base da infância como categoria geracional construída historicamente; ii) os lugares, relações e conteúdos da acção das crianças como actores sociais nos seus mundos de vida, torna-se uma dupla possibilidade para (re)configurar o conhecimento elaborado sobre delas e fundamentar a imprescindibilidade de se escutar as suas vozes, compreender as suas perspectivas e entendê-las como actores sociais. Sob estes pressupostos discute-se a produção académica nacional acerca da infância, crianças e educação⁹⁵ inscrita no campo disciplinar da Sociologia entre 1995-2005, considerando o mapeamento i) da sua localização institucional, domínios de especialização e graus académicos obtidos; ii) das principais temáticas desenvolvidas e seus conteúdos. O balanço crítico das pesquisas realizadas pretende, sob o “olhar” da SI, avaliar as concepções de criança prevalentes e realçar o seu contributo na revisão teórica sustentada empiricamente na análise das interações das crianças, entendidas como actores sociais, na tematização de novos aspectos no campo educativo, na incursão em terrenos inexplorados, na conexão com outras ciências.

2. A infância, as crianças e a educação na produção académica em Portugal, 1995-2005: coordenadas teóricas e metodológicas

A análise da infância, crianças e educação que consta da produção académica nacional, decorre sob os pressupostos teóricos da sociologia da infância (Prout & James 1990) e seu duplo objecto de estudo: *as crianças como actores sociais* nos seus mundos de vida e a *infância* como categoria social do tipo geracional, socialmente construída. Assume, portanto, a diferença entre crianças e infância como distinção teórica e metodológica fundamental: se as *crianças* existem e fazem parte da estrutura demográfica de todas as sociedades humanas, sendo, por isso, uma realidade humana universal e intrínseca à sociedade, já a *infância* é uma construção social. Distinta da imaturidade biológica, a ideia de *infância* assenta na generalização dos aspectos mais uniformes e homogêneos - físicos, psicológicos, morais, afectivos... - que caracterizam esta fase de vida, fazendo prevalecer o seu entendimento como se se tratasse de um fenómeno unitário.

⁹⁵ Referimo-nos aos dados da *produção académica* recolhidos no âmbito do projecto “*A Infância e a sua educação nas políticas internacionais, europeias e nacionais, nas produções académicas e nos currículos de formação inicial de educadoras de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico (1995-2005)*”, financiado pela FCT (POCTI/CED/61355/2004), desenvolvido por uma equipa de investigadoras da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, e dos Departamentos de Educação das Universidades de Aveiro e do Minho. Outras informações acerca deste Projecto, incluindo o uso das bases de dados – Políticas, Produções Académicas e Programas de Formação Inicial - estão disponíveis em <http://www.fpce.up.pt/ciic/BD/bd.htm>

Concebida como grupo social diferenciado e definida como uma categoria social de tipo geracional, a *infância* deve a sua natureza sociológica ao facto de ser historicamente construída, culturalmente localizada e sujeita a permanentes redefinições que fazem variar o lugar e significado das crianças na sociedade. Exemplos disso são as inúmeras *concepções* e *designações* que lhes foram sendo atribuídas (Hendrick, 1990: 35-37; 1994) e prosseguem: a *criança audiência, consumidora, global* ou *cidadã* (cf. Pinto, 2000, Sarmiento, 2004). Consequentemente, e não obstante *as crianças* na sua alteridade face aos adultos integrarem a categoria social *infância* esta é internamente plural pois *as crianças*, na sua diversidade bio-social e de condições e oportunidades, trajectos e experiências de vida, são desigualmente distribuídas pelas diferentes categorias sociais: classe social, género, etnia, idade.

Devemos a Ariés (s.d.) o contributo pioneiro para conhecer os factores, processos, actores, instituições e representações que construíram a categoria social infância (acentuação dos factores da homogeneidade) nas sociedades ocidentais na modernidade, traduzido na sua tese da passagem de uma *infância breve* a uma *infância longa*, assente num novo “sentimento de infância”. Do ponto de vista sociológico, tal supõe uma concepção das crianças como seres distintos dos adultos; por isso mesmo sujeitas a distintos processos de socialização em contextos segregados. Exemplo disso é a institucionalização da infância moderna que conduziu ao duplo centramento institucional das crianças, na *família* e na *escola*, e serviu de base a toda uma produção sociológica cuja atenção recaiu sobre os processos de educação e de socialização.

O entendimento destes processos como sendo de produção de futuros seres adultos pelos adultos na família e na escola, os pais e os professores, a par da ideia de infância como uma fase transitiva no ciclo de vida, reflecte-se no *paradigma da socialização como condicionamento* que enfatiza o primado do social sobre o ser a socializar, subscrevendo o princípio Durkheimiano de que a sociedade é anterior e exterior aos indivíduos, constituindo um conjunto de *normas, papéis e valores* que aqueles devem *interiorizar* para se *integrarem no todo social*. Nesta perspectiva, o papel da socialização é proceder à incorporação do social na criança, entendida como um receptáculo. Veja-se, a propósito, o conceito de educação em Durkheim (1994 [1938]).

A Sociologia da Infância, crítica dos *a priori* essencialistas de natureza bio-psicológica e do conceito de socialização (cf. Waksler, 1991; Sirota, 1994; Corsaro, 1997), reclama para as crianças um novo estatuto na Sociologia porque as entende como actores sociais competentes para i) formularem interpretações dos outros, de si próprias e da sociedade, ainda que podendo expressar-se de modos distintos; ii) usarem social e diferentemente, consoante as circunstâncias e os circunstantes, os papéis que a ordem social adulta lhes prescreveu ou espera delas e iii) protagonizarem outras agendas. Ao mesmo tempo, propõe um programa de pesquisa sociológica acerca da infância assente nos princípios da própria Sociologia, mas interroga-os porque valoriza o que é distintivo deste/neste grupo geracional; releva a autonomia conceptual das crianças; assume a autonomia analítica da acção social das crianças e considera a escuta da(s) sua(s) voz(es) condição metodológica e ética decisiva para as compreender nos seus próprios termos; em suma, propõe-se accionar a reflexividade científica, indagando o conhecimento social disponível e as estruturas normativas tornadas convencionais no mundo dos adultos.

Nesta perspectiva, o *paradigma da acção* concebe a socialização como *processos interactivos* em que as crianças, entendidas como seres e actores sociais, participam activamente na co-produção de si mesmas e de outros, adultos e crianças, nas/das experiências de ser criança e viver a infância em contextos e relações diversos. É neste sentido que, em alternativa ao conceito de socialização tradicional, Corsaro (1997) propõe o de “reprodução interpretativa”. Inspirado na teoria da estruturação (Giddens, 1984), o conceito de “reprodução interpretativa” condensa a ideia de que as crianças estão envolvidas num processo de integração social dual com adultos e crianças: na sua interacção com os adultos as crianças são constringidas e influenciadas pelos valores, conhecimentos, regras por eles veiculados mas, longe de se limitarem a incorporá-los em saberes, comportamentos e atitudes, sujeitam-nos a processos de apropriação selectiva e de (re)interpretação e ressignificação individual e colectiva que ocorrem nas interacções entre pares. São as acções, entendimentos e valores infantis aí gerados que, partilhados e reiterados, (re)configuram as formas sociais infantis, e também as adultas: “as crianças não recebem

apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam mudanças nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que nela produzem, a partir das suas próprias práticas” (cf. Sarmiento, 2005).

Como se entende, cada uma destas abordagens tem consequências do ponto de vista dos conceitos e concepções de infância e crianças, da formulação de problemas e metodologias de pesquisa. Por conseguinte, a construção científica do objecto social infância enquanto objecto sociológico torna indispensável a desconstrução da produção pericial *sobre* a infância pela Sociologia.

A Produção académica nacional: fontes e metodologia

A opção metodológica pela pesquisa documental *on-line* com o objectivo de identificar e seleccionar as produções académicas relativas à infância, crianças e sua educação⁹⁶ considerou *todas* as instituições do Ensino Superior em Portugal, publicas e privadas, o arco temporal de 10 anos (1995-2005), o recorte de idades dos 0 aos 10 anos e/ou o 4º ano de escolaridade. Iniciou-se a pesquisa *on-line* do catálogo da *Biblioteca Nacional* (BN) disponível no site, usando as palavras de busca “infância, criança, educação” a que se associaram outras⁹⁷, seguindo-se os catálogos das *bibliotecas virtuais das universidades, institutos ou departamentos* com o intuito de tornar exaustiva a informação recolhida.

Numa segunda etapa, seleccionaram-se as produções académicas realizadas no campo da Sociologia e os seus descritores⁹⁸ foram submetidos à análise de conteúdo quantitativa e qualitativa para mapear e apreender i) a relevância e desenvolvimento da produção académica ao longo da década em estudo ii) as temáticas, os contextos e os actores privilegiados nas pesquisas e as concepções de criança subjacentes, iii) os contributos devolvidos nas pesquisas em Sociologia da Infância.

3. A Infância e as crianças nos olhares da Sociologia

Os resultados que seguidamente se apresentam têm por referência a área científica expressa e auto-designada como *Sociologia e Ciências Sociais*.

3.1 Cronologia, instituições, áreas e sub-áreas científicas, graus académicos: dados de enquadramento

No conjunto das 1274 produções académicas recenseadas acerca da infância, crianças e sua educação, realizadas em 20 Universidades públicas e privadas e suas 78 Faculdades, Departamentos ou Institutos, no período entre 1995-2005, a maioria insere-se na área científica geral das *Ciências Sociais* (93%)⁹⁹. Porém, dentro dela, as áreas específicas da *Sociologia e Ciências Sociais*, no seu conjunto, só representam

⁹⁶ Apesar das vantagens da pesquisa documental *on-line* – acesso rápido a uma grande quantidade de informação - ela não é isenta de problemas e limitações que, por economia de espaço, não cabe aqui apresentar.

⁹⁷ Cerca de 40 novas palavras, entre outras: aluno, ama, bebé, berço, berçário, recém-nascido, precoce, pré-natal, educação, socialização, educação familiar, educação parental, escola, ensino básico, intervenção precoce, jardim-de-infância, brincar, brinquedo, 1º CEB, 1º ciclo, filhos, irmãos, paternidade, pai, jogo/s didáctico/s, infantil/is, menor/es, pediátrico, pediatria, lúdico, brincadeira, creche, infantário, pré-escolar, primária, família, pais, parental, mães, maternidade, 0-10 anos de idade, recreio, ATL, ludoteca.

⁹⁸ Informações descritivas: i) nome do/a autor/a; ii) ano de apresentação; iii) Universidade e Faculdade; iv) grau académico; v) nome do orientador/a; vi) área científica; vii) título; viii) palavras-chave; ix) número de páginas; x) bibliografia e suas páginas; xi) existência de ilustrações; xii) cota. Informações substantivas: i) objectivos; ii) metodologias, de parte significativa das produções académicas recenseadas. Todas as informações foram organizadas numa base de dados criada através do Programa ACCESS.

⁹⁹ As outras áreas científicas gerais são: *Ciências da Saúde* (7%), *Humanidades* (4%), *Ciências Naturais* (3%), *Ciências Tecnológicas* (1%) e *Ciências Físicas* (0,1%).

4% (40 e 13 referências, respectivamente), o que é manifestamente pouco significativo face ao “peso” de áreas como as *Ciências da Educação* 58% e as *Ciências Psicológicas* 27% (735 e 314 referências, respectivamente). O universo das 53 produções académicas que se auto-designam expressamente como *Sociologia e Ciências Sociais* concentra-se em algumas das Faculdades, Institutos ou Departamentos de 9 Universidades, destacando-se o ISCTE (15 referências, 33%), Universidade do Minho (11 referências, 21%), Universidade Nova de Lisboa (13%) e ICS e Universidade de Évora (ambas com 6 referências, 11%).

Não obstante a parca expressão da *Sociologia e Ciências Sociais* na área científica das *Ciências Sociais* na década em análise, observa-se a partir de 2000 um interesse crescente pelo estudo da infância, crianças e educação: mais de metade dessa produção académica é realizada entre 2000-2005 (66%, 35 referências: 23 *Sociologia*, 13 *Ciências Sociais*), sendo espectável que estes valores se tenham reforçado posteriormente em resultado do interesse de sociólogos da família e da educação pela *Sociologia da Infância*¹⁰⁰.

Quanto ao grau académico, prevalece a obtenção do grau de Mestrado (89%, 47)¹⁰¹ face ao de Doutoramento (11%, 6)¹⁰², sublinhando-se, num e noutro caso, a especialização em *Sociologia da Infância recentemente instituída na Universidade do Minho* (7 mestrados e 2 doutoramentos em 2004 e 2005).

3.2 Principais temáticas: dados de conteúdo

A análise qualitativa dos conteúdos presentes e subjacentes aos títulos, palavras-chave e objectivos, visou apreender as temáticas em torno das quais foi construída a investigação em *Sociologia* na década em análise, emergindo sete grandes *temáticas*, com valor desigual (ver quadro I).

• A família e a socialização das crianças

A temática mais significativa é a que focaliza a família, os seus actores e as dinâmicas intra-familiares em torno da socialização das crianças e da sua educação, e entre famílias e instituições educativas, escolares e pré-escolares (20 referências); lugares estruturais de vida das crianças nas sociedades ocidentais (quadro II).

A família conjugal, biológica ou *adoptante*, como espaço natural, social e cultural de vida dos adultos e das crianças, sobretudo quando há crianças, exige aos adultos um *desempenho plural de papéis e uma conciliação entre esferas da vida social*, facilitada ou dificultada segundo a existência ou não de *laços*, e de *solidariedades de parentesco*. Mas a família é também um espaço educativo/socialização inter-geracional próprio que a investigação interroga, desvendando a natureza educativa que decorre da relação entre pais e filhos, através da formulação de problemas vários desta interacção. Uns são inerentes aos adultos (*entrar na parentalidade, conciliação de papéis, conjugais e profissionais*), outros são inerentes às crianças como membros da

¹⁰⁰ Veja-se, entre outras, os casos de Ana Nunes de Almeida ou Teresa Seabra

¹⁰¹ Das 47 dissertações de Mestrado, 21 não especificam a área de especialização (12 *Sociologia* e 9 *Ciências Sociais*) e as restantes 26 estão desigualmente dispersas por 13 especializações expressas: *Sociologia da Infância* (UM-IEC, 7), *Sociologia da Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Sociologia: Educação e Sociedade e Demografia: Sociologia da População* (ISCTE, 3 e 2 respectivamente), *Sociologia da Saúde* (UM-ICS e UNL-FCSH, 1 respectivamente), *Sociologia da Família e da População, Sociologia da Família e Sociologia: Poder e Sistemas Políticos* (Universidade de Évora, 1 respectivamente), *Antropologia Social: Sociologia da Cultura* (UNL-FCSH, 1 referência), *Sociologia e Economia: Extensão e Desenvolvimento Rural* (UTAD, 1 referência), *Ciências Sociais: Portugal contemporâneo: sociedades e culturas* (ICS, 1 referência), *Ciências Sociais: Território, Identidades e Património* (ISCTE, 1 referência) e *Ciências Sociais: Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos* (UNL-FCSH, 1 referência). Porém, a menor visibilidade ou representatividade de umas áreas de especializações em relação a outras, poderá dever-se às inúmeras designações similares, redefinição das mesmas ao longo do tempo (cf. o caso da Universidade de Évora), ou mesmo à sua ausência (quando só aparece designada a área científica específica, *Sociologia e Ciências Sociais*).

¹⁰² Das 6 teses de Doutoramento, 2 não especificam a área de especialização e as restantes 4 referem especializações em *Sociologia da Infância* (UM-IEC, 2) e em *Sociologia da Educação* (UL-FC e UM-IEP, 1 respectivamente).

família, ora detendo um estatuto como dependentes ora como participantes com *poder de influenciar algumas decisões familiares*.

O lugar das crianças-filhos/as na família, tornadas um bem precioso porque raro, reafirma o seu valor social e reitera, na sua importância como objecto privilegiado de afecto e de investimento económico e cultural em cuidados com o seu bem-estar e na promoção da sua educação, aquela que é uma das teses inaugurais da modernização da família e da sentimentalização da infância ocidental (Ariès, s/d). Neste sentido, segundo os olhares da Sociologia, a *família*, na pessoa dos pais, *precede e constrói simbolicamente as representações das instituições educativas que às crianças se dirigem* uma vez que a frequência das instituições educativas é também interrogada a partir da sua influência. Há assim, a propósito da escolaridade das crianças, uma transferência do olhar da escola para as famílias, sendo a estas reconhecida uma substância educativa própria mas heterogénea (de natureza cultural, social-económica, étnica) que a investigação procura desvendar.

- **As crianças como actores sociais**

Os processos de crescente familiarização e institucionalização e individualização que caracterizam e constroem a infância contemporânea ocidental (Qvortrup, 1994), os últimos considerando que as crianças agora são também vistas como indivíduos cuja autonomia e reflexividade deve ser respeitada e incentivada, têm-se reflectido numa Sociologia que tem vindo a “dar voz” às crianças. Nesta perspectiva apuraram-se 15 teses que se debruçam sobre esse protagonismo e incluem essas “vozes” como objecto para compreender i) a construção social da identidade pessoal e social das crianças na sua alteridade face aos adultos e nas relações com outras crianças; ii) os processos de reprodução interpretativa e as culturas de pares infantis (Corsaro, 1997), visíveis nos usos sociais que fazem da cultura material e simbólica para a infância – brinquedos, tecnologias, programas de televisão, literatura infantil... -; ou de espaços, tempos e interacções entre pares fora das instituições e longe do controlo adulto; ou nos valores e concepções das crianças; iii) os modos como exercem a sua autonomia relativa e poder de influência junto dos adultos ou sendo-lhes reconhecida parceria em algumas tomadas de decisão (quadro III).

- **Reflexividade socioprofissional e infância**

A construção da ideia de infância, sendo uma ideia moderna, é indissociável dos processos sociais que legitimaram a sua institucionalização, devendo-se, entre outros factores, à formação de um conjunto de saberes periciais que originaram novas disciplinas constitutivas da reflexividade social sobre as crianças de que todos somos já herdeiros, e com uma influência poderosa sobre a família, o estado e as instituições. Como tal, a relação adulta com a infância não é uma relação natural nem independente da administração simbólica da infância (Sarmiento, 2004: 13), sendo esta ancorada no social e na sua historicidade. O olhar que na década em análise lhes dedica a *Sociologia* permite detectar uma atenção selectiva que reitera a primazia do campo da educação face a outros, como a medicina e a justiça (quadro IV).

Dado que o conhecimento que hoje temos acerca das crianças também não teria sido possível sem a institucionalização da escola pública e a sua extensão social como escola de massas, acresce que, por arrastamento, a institucionalização dos professores como grupo sócio-profissional é aqui interrogada sobretudo acerca dos seus quadros mentais e construção do trabalho professoral.

- **As desigualdades de oportunidades em educação**

Intervém ainda na construção social da ideia de infância moderna e na sua institucionalização como categoria social a ênfase em factores que tendem a homogeneizá-la num conjunto de traços estruturais onde sobressai a frequência da escola (quadro V).

A atenção às desigualdades das crianças, ou grupos de crianças, na instituição escolar, ao evidenciar que os processos de estratificação social também têm uma dimensão geracional (Sarmiento, 2005) contribui igualmente para ampliar o “campo de visão” a outros espaços não escolares e para esclarecer até que ponto algumas das *desigualdades sociais que afectam a infância contemporânea* (cf. quadro 1), exprimindo o incumprimento das promessas da modernidade, são/continuam a ser historicamente crónicas. Neste sentido, a desconstrução da concepção monolítica de infância enquanto categoria social internamente plural e desigual, na sua diacronia ou sincronia, inclui, além dos contextos escolares, a família, a rua e o trabalho rural. Desvela-se assim que, por vezes, pela sua vulnerabilidade bio-psicológica e dependência estrutural a família natural das crianças é um contexto que as torna vítimas; ou que a ruptura total ou parcial dos laços que unem a vida das crianças aos adultos da sua família de origem pode dar lugar à colocação em instituições colectivas e à vida autónoma em grupos de idade em situação de rua e, finalmente, que a concepção e condição de criança-trabalhadora continuam perenes não obstante o historial e arsenal de medidas políticas legais, nacionais e internacionais destinadas a protegê-las da exploração do trabalho infantil (Hendrick, 1990), dada a valorização social das funções instrumentais-produtivas das crianças-filhos pela imprescindibilidade da sua contribuição económica para a sobrevivência do agregado familiar.

4. A Infância e as crianças nos olhares da sociologia: Considerações finais

A análise da produção académica realizada na área da *Sociologia* e das *Ciências Sociais* pode ainda, numa apreciação final, ser realizada, considerados os espaços sociais e os actores privilegiados nas pesquisas realizadas.

Considerados os actores, a análise das temáticas sociológicas formuladas acerca da infância, das crianças e da sua educação permite observar que aquelas incidem i) na *categoria social infância*, relevando factores de homogeneidade que presidem à sua institucionalização familiar e escolar (quadros II e IV); ii) nas *crianças como actores sociais*, relevando concepções e acções sociais como traços denotativos de culturas de pares infantis (quadro III); iii) em *factores de diversidade e desigualdade* – etnia, classe social, condição bio-social e estatuto social - que, sustentando a asserção plural crianças, contribuem para pluralizar a categoria infância, desafiando à sua desocultação (quadro IV).

Todavia, neste olhar que salvaguarda as condições da heterogeneidade, quando é considerada a sua relação com os *espaços sociais*, saem amplamente reforçadas as condições de homogeneidade da *categoria social infância*, dado que é reflectida uma atenção “refém” da bipolaridade institucional família-escola, entenda-se, escola do 1º CEB (19 e 16 referências, respectivamente), e de uma tradição sociológica que, cometendo as crianças às instituições para crianças, continua a ocupar-se delas, sobretudo no desempenho do ofício filhos e alunos (Chamboredon e Prévot, 1982; Sirota, 1993). Esta regularidade é internamente diversificada a partir de 2000, dada a eleição pelas investigações de outros espaços sociais de institucionalização da educação das crianças - o Jardim de Infância (6 referências) e a creche (1 referência) -, indiciando uma deslocação do olhar para as idades menores da infância – as idades pré-escolares, 0-6 anos – que descobre novas facetas dos processos de institucionalização e normalização dos desempenhos sociais da infância, na sua intensificação e na sua cada vez maior precocidade. Esta regularidade torna-se ainda mais sustentada, se relembrarmos que o olhar dirigido à heterogeneidade e desigualdade das crianças e infância (cf. quadro 4) se realiza exclusivamente a partir do *espaço escolar, pré-escolar incluído*, e, sendo formulado numa perspectiva de integração escolar, reflecte um olhar incisivo sobre a diferença, selectivamente ordenada por critérios de visibilidade, tantas vezes cumulativa: étnica, física e/ou mental e sócio-cultural. Mais rara e pontualmente o olhar sociológico dirige-se a outros espaços institucionais não escolares e não familiares, de protecção e assistência, de saúde, de trabalho, judiciais, de ocupação de tempos livres, ou espaços públicos informais e abertos como a rua ou determinadas áreas da aldeia (3, 2 e 1 referências, respectivamente).

Não obstante a ênfase do olhar sociológico na família e na escola como sendo *os* espaços estruturais de vida das crianças, é a partir dos espaços institucionais educativos ou para-educativos (escola, JI, creche, ATL - 24 referências) que se abre a porta das famílias, devolvendo a investigação uma imagem desfocada destas, no sentido em que o contexto familiar e as famílias são interrogados a partir de problemáticas formuladas acerca da escola e/ou escolarização. Ou seja, os contextos formais de educação da infância parecem ser mais apreendidos e representados por via da família do que constituírem um objecto de estudo em si.

Do ponto de vista da sociologia da infância, estas considerações deixam, por isso mesmo, antever a prevalência de perspectivas de análise sociológica onde sobrevêm i) concepções selectivas e limitadas acerca da infância e das crianças e seus mundos de vida, ii) “desfocagens” tendentes a privilegiar os discursos produzidos sobre a realidade e não o estudo das relações *in situ*; iii) as instituições e o desempenho de papéis sociais pelos quais se realizam os processos de socialização verticais, em detrimento das acções e relações sociais dos actores nas instituições e aos usos que nelas fazem daqueles papéis, bem como aos processos de socialização horizontal em que se constrói a “ordem social das crianças” pelas crianças (Ferreira, 2004).

Ora, quando atendemos *aos actores* sobre os quais recaíram os olhares da Sociologia nas produções académicas acerca da infância e crianças deparamos com a discrepância entre o “espaço” dedicado aos adultos e às crianças (43 referências, 81%, face a 18 referências, 42%). Os adultos, também eles enquadrados nos espaços sociais da família e do emprego na esfera pública são aqui representados no desempenho dos seus papéis familiares (20 referências, 38%), como pais (40%) e em papéis profissionais diversos como sejam o campo da educação, da saúde e da justiça (23 referências, 53%), com preponderância para os professores (23%). Construindo-se como pesquisas *sobre* as crianças, conferem aos adultos, pais e professores, e aos espaços sociais de exercício da sua acção educativa, o maior protagonismo, reforçando a ênfase nos processos de socialização verticais, reproduzindo-se na relação social de investigação as relações tradicionais entre adultos-crianças e descurando epistemologicamente as crianças como seres sociais capazes de acções influentes – protagonismo infantil - na escola e na família, com adultos e outras crianças.

No entanto, não deixam as investigações de devolver as crianças e os seus quadros de vida em torno da *desigualdade social*, com destaque para as dimensões estruturais da etnia, *crianças africanas, ciganas*; da *diferença mental, crianças deficientes, crianças NEE*; enfatizando outros *papéis familiares* como *criança neta, bebé, filha adoptiva*; condições de *natureza biossocial* até agora inusitadas, como a doença crónica - *a criança doente oncológica* – ou remetendo para o período de gestação *criança pré-natal* e momento do nascimento, *recém-nascido prematuro*, denotativas da valorização social que as crianças adquiriam; outras relevando condições paradoxais da infância contemporânea (Qvortrup, 1994) – *a criança cidadã, consumidora ou tecnológica vs. a criança trabalhadora, em situação de rua ou vítima de negligência*; outras ainda que expressam conteúdos da concepção da criança como *actor social competente* e das culturas infantis – *concepções, jogos e brincadeiras, e imaginários das crianças*. então afirmar que estas são algumas das produções académicas, cujas pesquisas se esforçaram por compreender as crianças nos seus quotidianos e por seu próprio direito (“*in their own right*”), e que, muitas delas, foram realizadas na especialização em *Sociologia da Infância*.

Por fim, e para terminar mais duas breves notas: a primeira para lembrar que os critérios que presidiram à selecção das produções académicas como sendo “expressamente na área científica da Sociologia ou Ciências Sociais”, *não* esgota o campo da produção académica de inspiração sociológica acerca das crianças e infância, pois áreas científicas emergentes, construídas a partir de cruzamentos e/ou fusões disciplinares ou objectos, têm apropriado a perspectiva sociológica produzindo investigações que só a leitura e análise dos objectivos e metodologias permite identificar. Nesta sequência, a segunda nota acresce e relembra ainda que, coincidindo o ano de 2005 com o *terminus* da análise e com o período em que maior valor se regista em produções académicas, se admite ter aumentado o interesse assinalado e seja, hoje em dia, mais significativo.

Bibliografia

- Ariés, Philippe (s.d.), *A criança e a vida familiar no antigo regime*, Lisboa, Relógio de Água
- Corsaro, William (1997), *The sociology of Childhood*, London: Pine Forge.
- Durkheim, Emile (1994[1938]), *Sociedade, Educação e Moral*, Lisboa: Rés Ed.
- Giddens, A. (1984), *A Constituição da sociedade*, S. Paulo: Martins Fontes.
- Hendrick, H. (1990) Constructions and Reconstructions of British Childhood: an interpretative survey, 1800 to the present, in JAMES, A. & PROUT, A. (org), *Constructing and Reconstructing Childhood, Contemporary Issues in the Study of Childhood*, London: The Falmer Press: 35-96.
- Hendrick, H. (1994), *Child welfare, England 1872-1989*, London, Routledge
- Hendrick, H. (2000), The child as a social actor in historical sources: problems of identification and interpretation, in CHRISTIANSEN, P & JAMES, A. (edts), *Research with children, perspectives and practices*, pp: 36-62
- Perrenoud, PH. (1995), *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Porto: Porto Editora.
- Pinto, M. (2000), *A televisão no quotidiano das crianças*, Porto, Ed. Afrontamento.
- Prout, A & James, A. (1990), A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems, in James, A. & Prout, A. (edts), *Constructing and reconstructing childhood, contemporary issues in the sociological study of childhood*, London, Falmer Press, pp: 7-33.
- Qvortrup, J. et al. (1994) (eds.), *Childhood matters: social theory, practice and politics*, Aldershot: Avebury.
- Sarmento, M. (2005), Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância, in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Modernidade, Incerteza e Risco*, pp: 39-48
- Sarmento, M. (2006), *Sociologia da infância: Correntes e Confluências*. Instituto de Estudos da Criança. Mimeo.Universidade do Minho
- Sirota, R. (1994), L'enfant dans la sociologie de l'éducation: un fãntome ressuscité?, *Revue de L'institut de Sociologie*, Enfances et Sciences Sociales, 1-2, Université Libre de Bruxelles, 147-166.
- Waksler, Francis (1991) (ed.), *Studying the Social Worlds of Children - sociological readings*, London: The Falmer Press, 1994

Anexos

Quadro I. Principais temáticas e sua expressão quantitativa - Síntese

• Família, relações de parentesco, representações, práticas e culturas familiares	20 ref ^a
• Crianças e adultos e acção social das crianças: representações, práticas e culturas infantis	15 ref ^a
• Saberes e práticas profissionais sobre as crianças e a infância	13 ref ^a
• Condições de desigualdade das crianças/grupo perante a escola	8 ref ^a
• Desigualdades sociais e infância contemporânea	6 ref ^a
• Sociedade, Infância e Educação	5 ref ^a

Quadro II. Família, relações de parentesco, representações, práticas e culturas familiares

SUB-TEMAS	CONTEÚDOS
Exercício dos papéis familiares adultos	<ul style="list-style-type: none">• Relação triangular de papéis na vida adulta: conjugais, parentais, profissionais; Conciliação família/trabalho em famílias monoparentais• Solidariedades primárias; Redes de entajuda familiar• Fecundidade das famílias
Socialização familiar	<ul style="list-style-type: none">• Relações intra-familiares: consumo da TV• Consumo infantil• Hábitos das crianças e da família• Trabalho infantil e Socialização familiar para o trabalho
Relação família-escola (instituições educativas)	<ul style="list-style-type: none">• Relação parental com a escolaridade: representações, envolvimento, expectativas• Estratégias educativas e modalidades de relação com a creche• Representações parentais da escolarização (1º CEB e JI)• Minorias étnicas e educação escolar: integração escolar de crianças ciganas; Representações parentais sobre a escolaridade (JI)• Relações de parentesco inter-geracionais. Vida escolar e vida familiar (avós-netos)
Parentalidade por adoção	<ul style="list-style-type: none">• Adopção internacional• Implicações psico-sociais em crianças portuguesas adoptadas por famílias estrangeiras• Parentalidade por adoção: motivação, percursos, decisão
Atitude parental	<ul style="list-style-type: none">• Atitudes das mães e dos profissionais de saúde face à vida e à morte
Família e habitat	<ul style="list-style-type: none">• A apropriação do alojamento segundo as mutações demográficas e familiares (tipos e ciclo de vida)

Quadro III.

Crianças e adultos e acção social das crianças: representações, práticas e culturas infantis

SUB-TEMAS	CONTEÚDOS
Identidade pessoal e social das crianças	<ul style="list-style-type: none">• Identidade das crianças e espaços domésticos• O protagonismo da criança• A experiência da criança cigana no JI
Cultura para infância e culturas das crianças	<ul style="list-style-type: none">• Cultura para a infância: brinquedos e inovação tecnológica, TIC, literatura infantil• Interacções e usos sociais da Internet• Rotinas de ocupação do tempo não escolar em meio rural: entre a casa e a escola• Imaginários, crianças e sociedade; histórias e imaginários das crianças em meio rural e urbano• Consumo infantil em meio rural e urbano
Representações	<ul style="list-style-type: none">• Sexualidade humana: representações de adultos e de crianças• Integração escolar de crianças africanas: representações parentais e infantis• Tempos livres: representações das actividades lúdicas em adultos e crianças
Interacção familiar	<ul style="list-style-type: none">• O consumo da TV• O consumo infantil: influência das crianças nas decisões familiares
Impactos na adultez da experiência infantil	<ul style="list-style-type: none">• Percepção do stress na adultez e acontecimentos de vida na infância• Memórias de infância

Quadro IV. Saberes e práticas profissionais sobre as crianças e a infância - Síntese

SUB-TEMAS	CONTEÚDOS
Saber e prática Educativa	<ul style="list-style-type: none">• Representações e Concepções – da profissão, da inserção sócio-profissional de professores do 1º e 2º ciclos e educadores de infância, da Integração escolar de alunos NEE, dos métodos de ensino/aprendizagem em Geografia e História,• Organização do trabalho professoral/escolar - Poder, status e construção social das práticas de apoio educativo; Prática pedagógica em grupos heterogéneos, Mediação entre as normas (orientações institucionais e regras de funcionamento da escola) e os interesses das populações multiculturais
Saber e prática Médica	<ul style="list-style-type: none">• Conhecimento profissional: o discurso médico pré-natal• A cidadania da criança doente• Representações de médicos pediatras acerca das crianças, da profissão e da acção• Atitudes das mães e dos profissionais de saúde face à vida e à morte dos recém-nascidos prematuros; Relações entre profissionais e pais face à doença oncológica na criança
Saber e prática jurídica	<ul style="list-style-type: none">• Direitos das crianças internacionais e acção local nacional no âmbito da protecção judicial de menores

Quadro V. Condições de desigualdade das crianças/grupo perante a escola

SUB-TEMAS	CONTEÚDOS
Integração escolar e etnia	<ul style="list-style-type: none">• A experiência da criança cigana no JI• Integração escolar de crianças ciganas: representações parentais sobre a escolaridade• Integração escolar de crianças africanas: representações parentais e infantis• Mediação entre as normas (orientações institucionais e regras de funcionamento da escola) e os interesses das populações multiculturais
Integração escolar e NEE	<ul style="list-style-type: none">• Educação Especial e aprendizagem• Integração escolar de alunos com NEE: representações dos professores
Integração escolar e pobreza	<ul style="list-style-type: none">• A pobreza e o insucesso e abandono escolares• Trabalho infantil rural e (in)sucesso e abandono escolares